

A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL-CE: FRAGILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E POLÍTICA

RESUMO

Pressupondo que a degradação ambiental não é apenas questão geoecológica, e sim resultado das sobreposições históricas da produção material, sobretudo do modo industrial de produzir mercadorias, nos propomos, neste breve trabalho, a compreender a gestão dos resíduos sólidos no município de Cascavel-CE. Investigamos como o Poder Público Local executa a gestão dos resíduos sólidos, desde a logística até a deposição final dos rejeitos, realizada em lixão; analisando também a gestão das unidades privadas; e a fração dos resíduos reciclados através do degradante trabalho de catação realizado no lixão. Com isso, observaremos a falta de controle social e ambiental e a ausência de interação entre órgãos e secretarias da municipalidade como reflexo da fragilidade da administração pública; e desencontros entre estes e as esferas estadual e federal com relação as políticas aplicadas a problemática dos resíduos sólidos.

Palavras-chave: resíduos sólidos, administração pública, produção do espaço, fragilidade ambiental.

RESUMEN

Presuponiendo que la degradación del medio ambiente no es sólo una cuestión geoecológica sino el resultado de la superposición histórica de la producción material, especialmente de la forma industrial de producir mercancía, proponemos comprender el manejo de residuos sólidos en la ciudad de Cascavel- CE. Investigamos cómo el Gobierno municipal efectúa la gestión de los residuos sólidos, desde la logística hasta la disposición final hecha en el basurero. Analizamos la gestión de las unidades privadas; y la fracción de residuos reciclados del basurero a través del trabajo degradante. Así, observamos la falta de control social y ambiental y la falta de interacción entre los organismos y departamentos de la municipalidad que refleja la debilidad de la administración pública; y los desacuerdos entre ellos y las políticas del estado concerniente a los residuos sólidos.

Palabras clave: los residuos sólidos, la administración pública, la producción del espacio, la fragilidad ambiental.

ABSTRACT

Assuming that environmental degradation is not only geoecological matter, but the result of historical overlap of material production, especially the industrial way of producing goods, we propose in this article to understand the solid waste management in the city of Cascavel-CE. We investigated how the Local Public Administration performs the management of solid waste, from logistics to the final disposal of waste, it is made in landfill; also analyzing the management of private places; and the fraction of waste recycled through the degrading work of selection (to select the recyclable waste) made at the landfill. Thus we observed a lack of social and environmental control and the lack of interaction between agencies and departments of the city council the weakness of the public administration and that there are disagreements between them and state and federal policies about solid waste.

Key words: solid waste, public administration, production of space, environmental fragility.

Clerijane Nascimento Torres
Mestranda em Geografia na
Universidade Estadual do Ceará
– UECE/FUNCAP
dehnya@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Com mais de três séculos de história, o município de Cascavel tem sua área atual constituída por 837,97 Km² distribuídos entre a Sede e mais cinco distritos. De acordo com o IBGE (2010) o município, que desde 2009 passou a integrar a área da Região Metropolitana de Fortaleza, possui a estimativa populacional de 66.142 habitantes¹, sendo que a população urbana representa 84,9% da população total. Com muitas extensões de área rural e apenas 15,1% da população residindo no campo², o município é mais intensamente povoado na sua Sede, onde se concentram as atividades comerciais, os serviços e a maior parte dos empregos formais provenientes do serviço público e da atividade industrial³, bem como a maior parte da produção diária de resíduos sólidos, oriundos de diferentes fontes e bastante heterogêneo.

Com o crescimento populacional e a intensificação das atividades produtivas, advém também uma maior dinamização na produção do espaço, inclusive com a produção de resíduos e demais atividades sociais que intensificam a deterioração do meio ambiente, acentuam desigualdades sociais e denunciam fragilidades político-administrativas, bem como as incoerências do modelo capitalista de produção.

A economia do município contempla a agropecuária, fruticultura, comércio, indústria de transformação - principalmente no beneficiamento da castanha de caju e do couro com a atuação de empresas de grande porte neste setor - além de confecções, artesanatos e turismo (PMC, 2013). Administração Pública, Indústria e Comércio juntas representam 85% dos empregos formais (7.617 postos de trabalho) (IPECE, 2012).

No Brasil, a gestão dos resíduos sólidos (recolhimento, transporte, tratamento e deposição final) é atribuição do Poder Público Local. Cascavel, assim como a maioria dos municípios brasileiros, ainda não é capaz de dar um tratamento conveniente aos seus resíduos, sobretudo com relação a sua deposição final, via de regra realizada em lixões, como ocorre no município em questão.

Em tese, o Poder Público Local é responsável pela gestão direta apenas dos resíduos domiciliares e do lixo proveniente da limpeza pública (varrição e capinagem de ruas, mercados públicos, feiras livres etc.) que pode ser feito por órgão da municipalidade ou ser terceirizado. O lixo particular de empresas, comércio e unidades de saúde é de responsabilidade do gerador, embora o Poder Público Local o gerencie de maneira indireta por meio da regulamentação legal que lhe cabe enquanto gestor municipal.

Para compreender como essa determinação legal se realiza na prática, nos propomos a investigar como é realizada a gestão dos resíduos sólidos em Cascavel, município metropolitano com considerável concentração urbana, extensa área rural e que dispõe seus resíduos em lixão. Nessa perspectiva, verificamos como o Poder Público Local executa suas atribuições legais relativas à gestão dos resíduos sólidos. Para isto, percorremos desde a logística até a deposição final dos rejeitos. Outro aspecto analisado foi a gestão diferenciada dos resíduos sólidos proveniente das unidades produtoras privadas que não são responsabilidade direta da municipalidade, notadamente indústrias, unidades de saúde e a fração de resíduos reciclada através do degradante trabalho dos catadores realizado no lixão.

Para a visualização do panorama geral de como ocorre a gestão dos resíduos sólidos no município, recorreremos aos órgãos e secretarias da municipalidade; a estabelecimentos públicos e privados; aos trabalhadores da limpeza pública e do lixão. A base da pesquisa foi o

¹ Densidade populacional média de 79 hab/km².

² Dos 18.832 domicílios particulares ocupados no município, 16.089 estão localizados em área urbana e apenas 2.743 em área rural.

³ Com exceção da JBS Couros S/A, localizada na Zona Rural na Rodovia CE 258, Km 11.

trabalho em campo que através de aplicação de questionários, entrevistas, registro fotográfico e observação *in loco* levantou as informações ora apresentadas neste artigo.

Além das informações formais levantadas em empresas, órgãos públicos e pessoas físicas, devidamente orientadas sobre a pesquisa, se buscou, além de colher os depoimentos, também capturar as experiências dos entrevistados, no que tange ao objeto de estudo, principalmente, dos que não possuem meios formais e institucionalizados de se fazer ouvir com versões oficiais elaboradas. Essa importante ferramenta nos permitiu tanto confrontar as diferentes versões, conforme sua origem, para o mesmo questionamento, como contemplar a face das informações prestadas, na busca de compreender as contradições que se estabelecem em torno da problemática dos resíduos sólidos no município de Cascavel - CE.

O MUNICÍPIO DE CASCAVEL – CE

A história de Cascavel remonta ao século XVII quando da colonização portuguesa realizada via sesmarias e do conflito com os indígenas que habitavam a região em que hoje se localiza o município.

De acordo com a historiografia oficial, o município remete a sesmaria adquirida da Coroa Portuguesa em 1694 por Domingos Paes Botão e João da Fonseca Ferreira, que teriam iniciado os primeiros assentamentos nas terras cascavelenses sob a denominação de Sítio Cascavel. Também, a cultura popular preserva uma lenda a respeito da fundação e denominação de Cascavel que remete a religiosidade típica do período.

Em meio às fazendas de cana-de-açúcar foi edificada a primeira capela, dedicada a Nossa Senhora do Ó, desenvolveu-se o centro urbano e comercial e a feira livre de São Bento. Desde que surgiu a comunidade até a sua configuração atual, foram muitas as mudanças: anexações, desmembramentos, inclusão e exclusão de distritos e territórios que atualmente pertencem à municípios vizinhos, etc. (IBGE, 2013). O conceito de povoado foi alterado em 1833 quando é promovido a Distrito e ainda no mesmo ano foi promovido a Município pela Lei nº 2.039. Atualmente é constituído de cinco distritos além da Sede Cascavel: Caponga, Jacarecoara, Guanacés, Pitombeira e Cristais (PMC, 2013).

Desde 1969 o grupo Edson Queiroz implantou a Cascajú Agroindustrial S/A que atua no beneficiamento da castanha de caju. No beneficiamento do couro, destaca-se a atuação sucessiva das empresas Bermas (1999-2007), Bracol (2007-2010), Eagle Ottawa (2007) e JBS – Cascavel Couros Ltda (2011). Nas confecções há microempresários que abastecem o mercado local e outros mercados pelo país.

O município também confecciona - baseado no trabalho familiar de comunidades afastadas do seu centro comercial – uma diversidade de artesanato de cerâmica (potes, jarros e esculturas), além de móveis e outros artigos de decoração e utilidades confeccionados em *cipó de fogo*⁴.

Além de lojas particulares de diversos tipos de produtos e serviços, o centro comercial possui estruturas coletivas que dividem os artigos comercializados por gênero: mercado da carne, do peixe, das frutas e verduras, provenientes sobretudo da Ceasa/Maracanaú (Centrais de Abastecimento do Ceará – S/A); das comidas típicas e grãos à granel como feijão, milho, farinha etc., provenientes da produção local e das comunidades rurais próximas destinado ao abastecimento da população urbana e de outras comunidades que abastecem-se na feira e no comércio da Sede municipal.

Outra importante fonte de renda do município e atrativo turístico é a Feira de São Bento, que a céu aberto, é considerada a maior feira livre do Ceará e a segunda maior do

4 Nome popular dado a uma variedade de plantas trepadeiras usadas para confecção de objetos diversos, normalmente se referem aos gêneros *Davilla*, *Doliocarpus* e *Petrea*.

Brasil⁵ (PMC, 2013). É realizada todos os sábados do ano tomando toda a extensão de uma das principais avenidas do Centro de Cascavel e durante a semana em menor proporção. Se constitui principalmente de confecções, também de calçados e artesanatos, atraindo feirantes e consumidores de toda a região e aquecendo o comércio de maneira geral.

O turismo também é uma atividade marcante, refletido, sobretudo, no comércio da feira de artesanatos e nas praias. Localizado no litoral leste do Ceará, Cascavel possui belas praias: Caponga, Águas Belas, Barra Nova, Barra Velha e Balbino. De modo geral, a atividade turística – mais expressiva em finais de semana e sobretudo no período da alta estação – transforma a feição das áreas exploradas, induz novas formas de valorização diferentes da tradicional como, por exemplo, a especulação imobiliária, transformando também as relações sociais. As relações de trabalho também são modificadas e os residentes tradicionais têm suas atividades transformadas e reestruturadas em torno da atividade turística: frente à demanda gerada pelo movimento de turistas e veranistas, as atividades tradicionais de subsistência como a pesca e a agricultura são preteridas por atividades artesanais e de serviços.⁶

PANORAMA GERAL DA DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

De acordo com a Secretaria de Infraestrutura de Cascavel (SEINFRA, 2013), o destino geral do lixo gerado no município é o lixão (figura 1), localizado à margem da CE 258⁷ que liga Cascavel a Pacajus, em área verde sem população próxima, num trecho localizado entre a Sede e o distrito de Guanacés. Há também um lixão de menor porte localizado no Distrito de Caponga que recebe o lixo produzido nas localidades deste distrito⁸. A SEINFRA (2013) estima a área do lixão principal em aproximadamente 2 hectares, sem nenhum controle ambiental e anos de deposição de lixo. Além do lixo proveniente da coleta doméstica (figura 2) sem nenhuma restrição, o lixão também é o destino final dos rejeitos provenientes de indústrias (figura 3), do comércio, dos dejetos recolhidos pelos carros-fossa (figura 4), de entulhos, de restos animais e putrefáveis (figura 5), de podas de árvores e, inclusive, de lixo contaminante resultante de atividades hospitalares (figura 6).

⁵ Fica atrás apenas da Feira de Caruaru, em Pernambuco e reúne em média 800 feirantes de toda a região (PMC, 2013). Apesar de bastante difundida a informação, não foram encontrados os critérios que definem este *ranking*.

⁶ Informações constatadas *in loco* pela pesquisadora.

⁷ Ao lado da Serra da Mataquiri.

⁸ Caponga, Águas Belas, Balbino, Sítio Prata, Camurim, Sítio Pedro de Sousa, Vaca Morta, Tijucussú, entre outros.



Figura 1: Lixão de Cascavel – CE (ao centro).

FONTE: Google Earth (Internet) (26/04/13).



Figura 2: Caminhão da coleta pública sendo descarregado no lixão.

FONTE: Foto da autora (26/04/13).



FIGURA 3: Caminhão da empresa Avine Alimentos descarregando lixo industrial.

FONTE: Foto da autora (29/04/13).



FIGURA 4: Carro-fossa descarregando dejetos.

FONTE: Foto da autora (29/04/13).

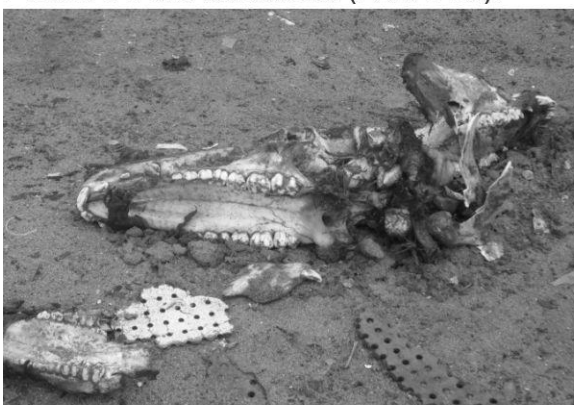


FIGURA 5: Carcaça de animais mortos no lixão.

FONTE: Foto da autora (29/04/13).



FIGURA 6: Lixo hospitalar misturado ao lixo comum.

FONTE: Foto da autora (24/04/13).

A Coordenadoria de Meio Ambiente que integra a Secretaria de Agricultura, Pesca, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Defesa Civil - SDAM criada no início de 2013, ainda não possui estudos e dados referentes aos impactos ambientais causados pela simples deposição de resíduos no lixão do município (SDAM, 2013). Do mesmo modo, o Poder Público também não tem nenhum controle dos catadores que trabalham no lixão.

Os resíduos de diversas origens são depositados sem nenhum controle ambiental ou restrição. Há apenas lugares indicados para o lixo industrial, para as podas de árvores, entulhos e fossa orientados por um fiscal da prefeitura presente no local⁹. Ainda assim, nem sempre as indicações são respeitadas: segundo depoimento de catadores e dos próprios trabalhadores da limpeza pública há eventos que dificultam o trabalho no local. Por exemplo, os carros-fossa nem sempre depositam seus dejetos no local indicado, sendo frequente alguns os depositarem na entrada do lixão, dificultando a entrada dos catadores, bem como da frota de limpeza pública e dos transportadores particulares no lixão; ou despejam também sobre o lixo geral utilizado para catação pelos catadores (figura 7), comprometendo seu material de trabalho e ampliando as já precárias condições de trabalho destas pessoas.

O lixão recebe também resíduos putrefáveis provenientes do Mercado Público Municipal como restos de carnes, aves e peixes, recolhidos diariamente pela coleta pública¹⁰. À época da pesquisa, o Matadouro Público Municipal se encontrava desinstalado por falta de condições sanitárias e o abate ocorria por conta dos criadores, não havendo, portanto, nenhum controle sobre o destino dos resíduos animais provenientes deste processo. De acordo com os catadores, o lixão recebe estes resíduos, tanto vindos da coleta pública quanto descarregados por particulares.

A SEINFRA (2013) afirma que os resíduos hospitalares produzidos no Hospital, Postos de Saúde, Laboratórios e Clínicas Dentárias e Veterinárias são recolhidos por coleta específica para este tipo de resíduo, com transporte próprio e de acordo com um calendário previsto¹¹. Transportados ao lixão, são depositados em uma vala, espécie de buraco cavado diretamente no solo (figura 8) e em seguida incinerados pelos próprios funcionários que não possuem capacitação para lidar com o lixo infectante e nem conhecimento específico sobre as normas e procedimentos devidos aos resíduos contaminantes. Em visita ao lixão, localizamos o citado buraco contendo pequena quantidade de restos incinerados, quantidade aparentemente pequena quando comparada à população do município.



FIGURA 7: Catador catando lixo.
FONTE: Foto da autora (24/04/13).



FIGURA 8: Buraco onde se deposita lixo hospitalar para incineração.
FONTE: Foto da autora (24/04/13).

⁹ A orientação é realizada de modo verbal pelo referido fiscal, de modo que não foi identificado no local a presença de placas indicativas.

¹⁰ Dado o mau cheiro e a rápida putrefação destes resíduos, bem como pela localização central do mercado que fica no centro comercial do município é feita a coleta diária. Nos demais bairros, mesmo na Sede, há um calendário de coleta estabelecido de 2 ou 3 dias na semana.

¹¹ Todas as sextas-feiras um pequeno trator faria a rota destes estabelecimentos de saúde recolhendo o lixo hospitalar e transportando-o até o lixão.

O LIXÃO E O TRABALHO DOS CATADORES

No que se refere à quantidade diária de lixo recebido pelo lixão, há variadas e discrepantes informações, pois não há sistema de pesagem que permita formular uma média aproximada. Desse modo, até mesmo a unidade de medida utilizada é informal, sendo comum os entrevistados utilizarem a unidade visual de “carrada”, ou seja, totalizando a quantidade de despejos feitos por um caminhão ou caçamba cheios. O Subcoordenação de Limpeza Pública da SEINFRA (2013) estima em 20 (vinte) toneladas de lixo a descarga diária feita no lixão, enquanto o Secretário de Infraestrutura estima em 30 (trinta) carradas diárias, número bastante variável entre os catadores do lixão e trabalhadores da coleta. Os catadores entrevistados afirmam que é certamente superior a 20 (vinte) carradas por dia só da coleta pública. Fora isso, o lixão também recebe lixo de empresas que o transportam em caminhões particulares, bem como do comércio, distribuidoras, supermercados etc. “Às vezes vem da rampa do Fortim, quando lá tá muito cheio”, declarou um catador.

Entre tantas carradas diárias de lixo, os entrevistados no lixão foram unânimes quanto a variedade dos resíduos: há lixo hospitalar, industrial, esgoto, sobras animais de abate, comércio e animais mortos, podas, entulho, material de construção, orgânico e putrefável, tóxico (medicamentos de uso doméstico, veneno de uso veterinário, solventes de uso industrial, entre outros) etc.

Nas visitas ao lixão foi constatada a precariedade do trabalho de catação e é possível vislumbrar a vulnerabilidade ecológica daquela área. O número de catadores que trabalham no lixão é bastante variável por ser uma atividade autônoma e sem nenhum vínculo empregatício. Alguns catadores entrevistados estimam em aproximadamente 40 catadores, sendo este número reconhecido por eles como bastante variável. De acordo com uma catadora que trabalha há 20 anos no lixão, há muitas pessoas que recorrem ao trabalho de catação por períodos esporádicos por falta de outras opções de trabalho e desemprego momentâneo.

De acordo com os catadores, todos trabalham por conta própria, não havendo nenhuma espécie de registro, acompanhamento ou assistência por parte do Poder Público. Um jovem que trabalha há seis anos no lixão declarou que se recorda de que a cerca de três anos ocorreram algumas visitas no lixão e conversas com alguns catadores que trabalhavam na época, com a pretensa intenção de constituírem uma associação, mas ele não soube informar quem eram as pessoas e se eram representantes do poder público ou da iniciativa privada. Sobre essa possibilidade, uma catadora que já trabalhou em outros lixões se revelou avessa à ideia e disse que preferia trabalhar por conta própria: “eles querem que a gente continue trabalhando aqui [no lixão], enquanto eles ficam com o lucro do nosso trabalho”, desabafou ela.

Quanto à fiscalização ou intervenção do Poder Público na área, os catadores entrevistados só conseguiram identificar a presença do fiscal da prefeitura no local. Uma catadora que mora nas imediações do lixão testemunha que há placas da Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará – SEMACE apenas no outro lado do lixão que fica no sopé da Serra de Mataquiri, onde é realizada a extração de barro e pedra. Segundo ela, quando o lixo fica muito alto e a prefeitura não manda a máquina para espalhá-lo, o próprio fiscal é quem às vezes atea fogo no lixo para diminuir o volume. De intervenção pública “só mesmo quando eles vêm com a máquina para empurrar o lixo”, identificou ainda outro catador.

Com exceção de cinco famílias que moram na área em torno do lixão, os demais trabalhadores fazem o trajeto para as suas casas, normalmente longínquas, por estar o lixão situado em área distante dos núcleos urbanos, fazendo assim o próprio horário de trabalho, que normalmente é bastante longo. “Se a gente não chegar cedo e trabalhar muito, não conseguimos apurar quase nada”, declarou uma senhora que trabalha com o marido e o filho

no lixão há 05 (cinco) anos e que declarou também ganhar cerca de R\$ 200,00 por semana para as três pessoas, trabalhando em média 9 horas por dia cada uma¹².

Como é possível visualizar logo na chegada ao lixão, a maioria dos catadores não utiliza material de proteção. Todos os entrevistados afirmam que já sofreram algum dano físico, sendo os cortes causados por lâminas, vidros, e embalagens metálicas os danos mais frequentes. “A gente toma cuidado, mas isso aí, não tem nem como evitar” reflete um catador que garante já ter se cortado algumas vezes.

Entre os catadores entrevistados, a maioria não se preocupa muito com os riscos oferecidos por suas precárias condições de trabalho; outros, mesmo compreendendo que correm eminentes riscos de saúde, lamentam que as condições sejam estas e tentam se proteger como podem. Porém, o que todos entendem é de tentar evitar algum dano físico que os impeça de trabalhar, fazendo das botas de borracha encontradas no próprio lixo, o material de proteção mais comum usado pelos catadores.

Os catadores recolhem ainda muitos materiais que lhes são úteis como calçados, peças de vestuários e materiais escolares, entre outros, enquanto o destino geral do lixo catado é a venda para depósitos de reciclagem, notadamente dois depósitos de maior porte no município.

ASPECTOS POLÍTICOS

Como se vê, Cascavel, assim como a maioria dos municípios brasileiros, não alcançou a meta prevista pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei Federal 12.305/2010) que determina a substituição de lixões por aterros sanitário até 2014, o que os torna sujeitos às sanções previstas na lei, como cortes de verbas federais e multas, e acumulando assim, o desafio de ter que lidar com os desdobramentos dessa condição.

Existe um consórcio intermunicipal firmado¹³ em 2010 entre os municípios de Cascavel, Beberibe e Pindoretama para juntos tentarem a implementação de um aterro sanitário que atenda a demanda de resíduos sólidos dos três municípios, pois os custos são altíssimos: só o “projeto executivo custa, em média, R\$ 500 mil” (CIDADES, 2012, p.37-38).

A Coordenadoria de Meio Ambiente de Cascavel alega encontrar dificuldades e desencontros a este respeito, visto que a questão geral dos aterros sanitários no Estado do Ceará depende bastante da esfera estadual, estando na competência de órgão como Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente - CONPAM, da Secretaria das Cidades e da SEMACE (licenciamento), uma vez que:

Cabe à unidade [Coordenadoria de Saneamento Ambiental – Cosam, órgão integrante desta Secretaria] a implantação de aterros sanitários regionalizados consorciados, contribuindo para o planejamento regional e a implementação de medidas que visem à melhoria da qualidade de vida das populações e a preservação ambiental, principalmente pelo papel articulador que desempenha (*site* da Secretaria das Cidades, 2013).

¹² Segundo a entrevistada, saem de casa muito cedo e chegam ao lixão por volta das 6:30h da manhã para aproveitarem o horário em que o sol é “mais frio”. Saem para sua casa por volta das 11h da manhã para preparar o almoço, almoçar e retornam ao trabalho às 13h, permanecendo nele até as 17:30h ou 18:00h.

¹³ Por ação do Governo do Estado sob consultoria do Instituto para Desenvolvimento de Consórcio (IDC) e com base em um estudo de viabilidade para tratamento e disposição de resíduos sólidos elaborado em 2005/2006 pela empresa espanhola Prointec, fruto de uma parceria do Estado com o Governo da Espanha. No total são 26 consórcios formados no estado do Ceará.

Além disso, a jurisdição do CONPAM sobre o tema é bastante abrangente, já que cabe a ele:

“I. Elaborar, planejar e implementar a política ambiental do Estado; II. Monitorar e avaliar a execução da política ambiental do Estado; III. Promover articulação interinstitucional nos âmbitos federal, estadual e municipal e estabelecer mecanismos de participação da sociedade civil; IV. Efetivar a sintonia entre sistemas ambientais federal, estadual e municipais; V. Fomentar a captação de recursos financeiros através da celebração de convênios, ajustes e acordos com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a implementação da política ambiental do Estado; VI. Propor a revisão e atualização da legislação pertinente ao sistema ambiental do Estado; VII. Coordenar o sistema ambiental estadual; VIII. Exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades nos termos do regulamento (*site* do CONPAM, 2013)

Quanto aos recursos financeiros, há muitas articulações com o objetivo de drenar recursos de várias fontes: Ministério das Cidades, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Saúde, FUNASA, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC I e II), Caixa Econômica, Tesouro e Estado. É claro o alto valor do empreendimento e a participação ativa de instituições financeiras internacionais. Por exemplo, só para os aterros de Sobral, Cariri e Limoeiro do Norte “a estimativa é de que cada aterro signifique um investimento de aproximadamente R\$ 15 milhões. Para esses três, o investimento deve vir do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial (BIRD)” (CIDADES DO CEARÁ, 2012, p.38).

A GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE CASCAVEL - CE

A Limpeza Pública

A limpeza pública do município é um serviço de responsabilidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura - SEINFRA. A frota utilizada na limpeza pública do município declarada pela SEINFRA (2013) é de 01 (um) tratorzinho para lixo hospitalar, 02 (duas) caçambas para entulho, 02 (dois) caminhões para podas de árvore e 07 (sete) caminhões para a coleta geral operando com aproximadamente 40 (quarenta) dos cerca de 90 (noventa) funcionários empregados na limpeza pública que envolve além da coleta outros serviços como varrição e capinagem, por exemplo.

Há caminhões específicos para coleta de entulho e de podas que no lixão devem ser descarregadas em lugares distintos, porém, se observa que a população não costuma fazer a separação entre estes e o lixo doméstico. Os trabalhadores da coleta de lixo comum “desabafam” que nem sempre a população compreende quando eles não recolhem as podas ou entulhos: “O pessoal não quer nem saber, se a gente não pegar também os entulhos eles vêm com ignorância com a gente”, declarou um deles.

Não é fornecido material de proteção nem oferecido nenhum tipo de treinamento, bem como nenhuma assistência de saúde, nem mesmo para aqueles que lidam com o lixo infectante: “Quando a gente tá doente ou se corta ‘feio’ no trabalho, tem que ir no posto de saúde pra ser atendido e pegar o atestado médico”, declarou um funcionário que há 12 (doze) anos trabalha na coleta.

Sobre a situação de trabalho dos funcionários da limpeza pública, a SEINFRA (2013) confirmou que não disponibiliza materiais de proteção, mas alegou estar providenciando, devido ao início de gestão (2013-2016). Também confirmaram que os funcionários prestam serviço na condição de contrato temporário e que alguns são concursados, embora alguns funcionários entrevistados afirmem a condição avulsa do trabalho prestado à Prefeitura.

A GESTÃO NOS ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Segundo a Secretaria de Saúde (2013a), a separação entre o lixo comum e o lixo infectante é realizada em todas as unidades de saúde. Nos postos de saúde, a variedade e volume do lixo infectante normalmente são reduzidos,¹⁴ pelo fato destas unidades se caracterizarem pelo atendimento básico, de modo que o material infectante se restringe basicamente aos resíduos de atividades odontológicas, exames ginecológicos, vacinação e curativos.

Segundo o IPECE (2012), com base nos dados da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, o município possui 17 (dezessete) unidades de saúde ligadas ao SUS, sendo privado o único hospital geral de urgência e emergência. Há Unidades Básicas de Saúde nas localidades de Choró Vaquejador, Pitombeiras, Jacarecoara, Sítio Prata, Caponga, Guanacés e na Sede, nos bairros Centro, Módulo Esportivo, Estrada de Guanacés e Alto Luminoso, totalizando 10 (dez) Centros de Saúde em todo o município. Além disso, há 01 (uma) Policlínica, 01 (uma) Central de Abastecimento Farmacêutico - CAF, 01 (um) centro de Atenção Psicossocial - CAPS (municipal) e 01 (um) Centro de Especialidades Odontológicas - CEO (estadual).

Os rejeitos de análises laboratoriais (sangue e urina) do Laboratório de Análises Clínicas Municipal de Cascavel são despejados na fossa do prédio que também abriga a Policlínica Municipal de Cascavel, enquanto o material perfuro-cortante contaminante é acomodado em recipientes descartáveis apropriados e recolhido pela coleta pública específica para este tipo de material, realizada pela SEINFRA (SAÚDE, 2013b). Vale ressaltar a elevada demanda deste Laboratório, por atender as solicitações médicas de todas as Unidades Básicas de Saúde (PSFs ou Centros de Saúde) do município, através dos Postos de Coleta (SAÚDE, 2013a).

Os medicamentos vencidos nos estabelecimentos públicos de saúde são enviados para a Vigilância Sanitária, devidamente controlados com formulário padronizado de devolução; depois, são estocados na Secretaria de Infraestrutura até que atinjam quantidade suficiente para serem incinerados por empresas contratadas, o que é raro devido à pouca quantidade de devoluções (SAÚDE 3013a; SEINFRA, 2013).

A GESTÃO NAS UNIDADES PRIVADAS DE SAÚDE

Todas as unidades de saúde privadas cadastradas pela Vigilância Sanitária, bem como a amostra daquelas que foram entrevistadas se localizam na Sede do Município, mais especificamente no bairro Centro, onde a coleta de lixo ocorre diariamente, e onde praticamente todos os domicílios possuem a água encanada contratada da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE e onde, como em quase todos os bairros do município¹⁵, não há sistema de esgoto sanitário¹⁶.

¹⁴ A Secretaria da Saúde informou que o lixo é recolhido pelos funcionários de limpeza com auxílio de um auxiliar de enfermagem.

¹⁵ Excetua-se parte dos bairros de Vila Xexéu e Multirão. (CAGECE - Cascavel, 2013). De acordo com a Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará, enquanto 71,1% dos domicílios possuem abastecimento de água, apenas 3,4% dos domicílios possuem instalações sanitárias adequadas em Cascavel (<http://atlas.ce.gov.br>).

¹⁶ As fossas e os esgotos ficam na responsabilidade dos proprietários dos imóveis, sejam estes domiciliares ou prédios comerciais, onde o esgotamento é sempre realizado por empresas particulares de limpeza de fossa (carro-fossa) contratadas que despejam os rejeitos sanitários captados dos imóveis na área do lixão, a céu aberto e sem nenhum tratamento prévio.

Entre os estabelecimentos de saúde privados pesquisados estão laboratórios de análises clínicas (3), consultórios ginecológicos (1), especialidades médicas diversas (1), dentários e veterinários (2). O lixo séptico/contaminante varia de acordo com a especialidade do estabelecimento que se compõe de maneira geral de resíduos de análise laboratoriais (sangue, urina, fezes, misturados ou não a produtos químicos utilizados nas análises), lâminas, seringas, agulhas, tubos, material cirúrgico, rejeito odontológico e de exames ginecológicos, itens perfuro-cortantes, escalpes, gases, algodões e curativos, tecido animal, embalagens de medicamentos, entre outros.

Todos os estabelecimentos entrevistados confirmam a coleta diária dos resíduos gerais, enquanto que há discrepâncias a respeito da coleta do material contaminante: 02 (dois) estabelecimentos afirmaram acondicionar o lixo contaminante em embalagem descartável apropriada e que o mantém guardado em suas dependências e que este é recolhido pela coleta especial para resíduos hospitalares que ocorre todas as sextas-feiras; 01 (um) procede do mesmo modo, mas acondiciona seus resíduos em garrafas PET¹⁷; 02 (dois) estabelecimentos afirmaram que seus materiais contaminantes são adicionados aos resíduos do Hospital e Maternidade Nossa Senhora das Graças¹⁸; 01 (um) recolhe seus resíduos diariamente para serem incinerados no estabelecimento matriz localizado num município vizinho; 01 (um) desconhece qualquer coleta especial e embora disponha o lixo infectante devidamente acomodado em saco branco leitoso próprio para resíduos hospitalar, o faz diariamente, dispondo-o separado, porém ao lado do lixo comum para que ambos sejam recolhidos pela coleta diária comum, tendo assim o mesmo destino.

Todos estes estabelecimentos de saúde entrevistados afirmam separar o lixo convencional do infectante, mas nenhum deles afirmou conhecer ao certo o destino ou tratamento dados ao lixo infectante produzido pelas suas atividades.

Tanto a Secretaria de Saúde quanto a Secretaria de Infraestrutura afirmam que o lixo hospitalar gerado no Hospital e Maternidade Nossa Senhora das Graças, unidade privada de saúde que atende a população por meio de convênio com o Poder Municipal¹⁹, também é recolhido pelo serviço público e destinado ao lixão. Este hospital é a unidade de saúde mais expressiva no município por atender urgência e emergência além de várias especialidades médicas, realizando atendimento pelo SUS, planos de saúde e particulares de modo que representa um importante dado para a presente pesquisa. Infelizmente, a direção do Hospital se omitiu de colaborar com a pesquisa não respondendo a nenhuma de nossas tentativas de contato²⁰.

¹⁷ É arriscado utilizá-las por serem recicláveis e passíveis de serem reutilizadas por catadores nos lixões.

¹⁸ Nos dois estabelecimentos é notável a existência de profissionais que atuam/atuaram tanto nestas unidades produtoras dos resíduos como na unidade receptora (hospital).

¹⁹ De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (2013a), com a inauguração da Unidade de Pronto-Atendimento - UPA (convênio entre Estado e Município) que deverá ser construída no município, esta assumirá os atendimentos. Entretanto, vale ressaltar que a UPA não é exclusiva para o município de Cascavel, devendo atender também a população de municípios vizinhos a serem definidos.

²⁰ Foram feitos contatos presenciais, por telefone e e-mail. Não conseguimos contato com a Direção e nem com a Ouvidoria, não tendo nunca o atendimento passado da recepção sob a justificativa de que a diretora não estava presente no hospital ou não poderia atender.

OS RESÍDUOS INDUSTRIAIS

Das 509.059,03 toneladas de resíduos sólidos industriais inventariados pela SEMACE e declaradas no Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Industriais do Ceará (2004) - sendo 115.238,41 toneladas de resíduos Classe I (22,637%), 276.600,64 toneladas de resíduos Classe II (54,335%) e 117.069,03 toneladas de resíduos Classe III (23,028%) - Cascavel é um dos municípios com maior quantidade de resíduos classe I (perigosos) e III (inertes) inventariados.

Duas das maiores indústrias instaladas no município são a JBS Couros S/A e a Cascajú Agroindustrial S/A, ambas com extensa área fabril, elevado número de funcionários e expressiva produção, sobretudo para o mercado internacional foram priorizadas nesta pesquisa. A Cascajú Agroindustrial não respondeu em tempo hábil aos contatos feitos e, portanto, não pode ser inserida nesta pesquisa²¹.

A Empresa JBS Couros S/A, instalada há 15 anos no município declarou que o destino geral do lixo produzido fora do processo industrial é o Aterro Sanitário Metropolitano de Aquiraz, enquanto os resíduos industriais são lançados em um aterro industrial na forma de valas na propriedade da fábrica e os recicláveis são vendidos a uma empresa recicladora.

O Técnico Ambiental da empresa reconhece que os resíduos sólidos e líquidos gerados durante o processo de beneficiamento do couro são tóxicos, podendo ser nocivos tanto a saúde como ao meio ambiente. Assim, a empresa que declarou utilizar uma média diária de 1.500 m³ de água fornecida pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH, possui uma estação de tratamentos de efluentes, nos padrões estabelecidos por órgãos ambientais. A água resultante do tratamento de efluentes não é reutilizada no ciclo produtivo do couro, sendo armazenada em uma lagoa artificial impermeabilizada e utilizada apenas para regar as plantas na propriedade e descarga de sanitários (JBS, 2013).

Vale ressaltar que a licença para construção do aterro industrial é de responsabilidade do IBAMA. Em 2013, a empresa já havia começado a utilizar a nona das 10 (dez) valas autorizadas pelo órgão legislador. Conforme verificado em visita técnica, os resíduos destinados às valas são preferencialmente aparas de couro proveniente de várias fases do processo de beneficiamento da matéria prima. As valas são escavadas no solo e impermeabilizadas com lona para que os resíduos não contaminem o solo, enquanto o chorume é captado e adicionado ao tratamento de efluentes. Após serem completamente preenchidas, as valas são cobertas por lona seguida de uma camada de terra que, com o tempo, abriga vegetação de pequeno porte. A estimativa de inutilização da área é de pelo menos 90 (noventa) anos (JBS, 2013).

A RECICLAGEM

O material selecionado pelos catadores no lixão durante a semana é vendido às sextas-feiras para os comerciantes de recicláveis que levam seus caminhões e balanças para o próprio lixão, onde realizam a transação de compra e venda dos recicláveis e que, de acordo com os entrevistados, oferecem o mesmo preço.

Mas, nem sempre foi assim. Conforme testemunhou uma senhora que se considera a catadora mais antiga do lixão, até pouco tempo atrás a disputa de compradores pela exclusividade na compra das mercadorias era bastante agressiva sobre os catadores. Na fala da catadora que afirma ter criado os filhos com o trabalho no lixão, fica clara a presença das

²¹ Apesar de muitos contatos, a empresa se limitou a conceder uma visita institucional, não tendo possibilitado, até o fechamento da pesquisa, o contato com o setor ambiental ou pessoa responsável que pudesse responder a pesquisa.

territorialidades no mercado dos recicláveis. “Aqui o lixo é disputado igual a droga”, concluiu ela.

Em visita a um depósito de reciclagem de médio porte e em funcionamento há 4 anos, o proprietário afirmou que não possui alvará de funcionamento, nunca sofreu intervenções ou fiscalizações sanitárias, sendo que a única visita feita ao estabelecimento são dos agentes de endemias que orientam sobre a dengue.

A sua atividade se constitui com renda própria, desconhecendo projetos de incentivo ao mercado da reciclagem. Os materiais comprados pelo estabelecimento provêm da compra principalmente de catadores do lixão e de rua e, seguindo a classificação básica (vidro, papel, metal e plástico) segue subdivisões²² que tem diferentes valores. Cada material é pesado e valorado separadamente conforme a categoria, o valor e a quantidade (peso). Após a captação, são separados, compactados, armazenados e, enfim, carregados para transporte, vendidos a corretores maiores até chegarem ao beneficiamento na fábrica de transformação. Dado o tempo existente entre a entrada e a saída dos recicláveis no depósito, é difícil estabelecer um fluxo diário ou mesmo semanal, mas o proprietário estima uma média de 7 (sete) toneladas por dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gestão de resíduos sólidos no município de Cascavel – CE se concentra na coleta e limpeza pública, não existindo nenhuma parceria ou trabalho conjunto entre secretarias ou órgão neste sentido (SAÚDE, 2013a; SEINFRA, 2013). As ações se restringem a separação e coleta diferenciada para resíduos de saúde, que na prática não é eficiente.

Aliás, um dos principais pontos de divergência constatados na pesquisa se referem a esta ação. O depoimento dos funcionários da coleta contraria a versão de postos de saúde e estabelecimentos de saúde privados que afirmaram separar o lixo comum recolhido pela coleta convencional do lixo contaminante que teria coleta diferenciada. Contraria, inclusive, a versão da Secretaria de Saúde (2013a) que afirma a separação nas unidades públicas; e da SEINFRA (2013) que afirma a coleta diferenciada nos estabelecimentos de saúde, tanto públicos quanto privados. De qualquer forma, é possível identificar em meio ao lixão, rejeitos característicos de serviços de saúde como embalagens de soro, medicamentos, escalpes, etc.

Os catadores do lixão possuem uma situação social de risco - em geral não assistida pelo poder público - que os condiciona ao trabalho no lixão ao mesmo tempo que é intensificada por ele. Também a limpeza pública municipal é sustentada sobre relações de trabalho submissas onde os trabalhadores são oriundos, em geral, de condições sociais desfavoráveis e com pouco ou nenhum grau de escolaridade.

A municipalidade não tem controle ambiental, priorizando aspectos emergenciais e atuando, em geral, sem perícia, enquanto a falta de controle dos órgãos fiscalizadores e a ausência de interação entre órgãos e secretarias da municipalidade refletem a fragilidade da administração pública.

Na esfera política, se observa certo desencontro nos três níveis do poder executivo quanto aos desafios e as possíveis soluções para a questão dos resíduos sólidos, vislumbrando-se uma possível incapacidade das ações federais atingirem a sociedade de forma abrangente tocando de maneira eficiente a municipalidade.

É notável a tônica do desenvolvimento sustentável no projeto do aterro sanitário, revelando o perigo da submissão deste empreendimento aos mecanismos de mercado, sobretudo o mercado verde. Sua construção demanda um complexo e adequado planejamento ambiental e um considerável custo financeiro, a sua gestão exige um complexo planejamento

²² Papelão, garrafa PET, plástico filme, PVC, panela (unidade), melissa, etc.

social e ambiental que contemple a questão dos resíduos sólidos de maneira ampla, atendendo às necessidades ambientais, técnicas, educacionais, legislativas e econômicas, visto a complexidade social na qual está inserida a questão dos resíduos sólidos, sob pena do empreendimento estar fadado ao fracasso caso não responda a estas necessidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CIDADES, Secretaria das. Aterros Sanitários Garantem Tratamento Adequado do Lixo. **In.: Revista Cidades do Ceará**, Edição 1, ANO 2012, pp.36-39.

CIDADES, Secretaria das. Disponível em http://www.cidades.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=43421&Itemid=14&cssfile=principal2.css. Acesso em 20/05/2013.

CONPAM - Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente. Disponível em <http://www.conpam.ce.gov.br/index.php/competencias>. Acesso em 20/05/2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas do Censo Demográfico 2010, 2013b, Rio de Janeiro, 160 p. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>. Acesso em 20/06/2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades, 2013a. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230350&search=ceara|casca vel>. Acesso em 20/06/2013.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal - Cascavel**, 2012. Disponível em http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2012/Cascavel.pdf. Acesso em 20/06/2013.

JBS Couros S/A. A gestão dos resíduos sólidos no município de Cascavel – CE, 2013. Entrevista concedida pelo Técnico Ambiental, Sr. Ronie Cesar Matos a Clerijane Torres, Cascavel, 01/03/2013.

PMC – Prefeitura Municipal de Cascavel. **O município: história de Cascavel**, 2013. Disponível em <http://www.cascavel.ce.gov.br/pages/o-municipio/historia-de-cascavel/index.html>. Acesso em 10/03/2013.

SAMPAIO, Oswaldo Benício; SOUSA, Antônio Manoel de; BESSA, Evânio Reis. **CASCADEL DIDÁTICO: Subsídios Básicos de Sociedade e Cultura para Estudantes do Ensino Fundamental**. Cascavel, 2012. 2ª Edição revisada e ampliada, 39 p.

SAÚDE, Secretaria Municipal de. A gestão dos resíduos sólidos no município de Cascavel – CE, 2013a. Entrevista concedida pela Coordenadora de Vigilância em Saúde e Projetos, Dra. Patrícia Casimiro Martins à Clerijane Torres, Cascavel, 01/03/2013

SAÚDE, Secretaria Municipal de. A gestão dos resíduos sólidos no município de Cascavel – CE, 2013b. Entrevista concedida pelo Coordenador Farmacêutico do Laboratório de Análises Clínicas Municipal de Cascavel, Sr. Flamiisson França Araújo à Clerijane Torres, Cascavel, 01/03/2013

SDAM - Secretaria de Agricultura, Pesca, Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Defesa Civil. A gestão dos resíduos sólidos no município de Cascavel – CE, 2013. Entrevista concedida pelo Coordenador de Meio Ambiente, Sr. Clodoaldo Uchôa à Clerijane Torres, Cascavel, 01/03/2013.

SEINFRA – Secretaria de Infraestrutura de Cascavel. A gestão dos resíduos sólidos no município de Cascavel – CE, 2013. Entrevista concedida pelo Secretário de Infraestrutura, Sr. Ednaldo Lima à Clerijane Torres, Cascavel, 01/03/2013

SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente. **Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Industriais do Ceará**. Fortaleza, 2004.